

## 2 CARACTERIZANDO A REDE PARCERIA SOCIAL

A seguir, efetua-se uma classificação dos projetos em blocos temáticos e faz-se uma análise de sua distribuição espacial no território estadual, comparativamente ao nível de desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas. Essa análise fundamenta-se em indicadores puramente econômicos, como o PIB *per capita* e alguns indicadores que contemplam variáveis sociais na sua base de cálculo, mais precisamente os que compõem o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico.

### 2.1 Classificação dos projetos

Busca-se sintetizar as múltiplas áreas de atuação dos projetos da Rede Parceria Social sob a ótica do Idese, considerando-se a principal linha de atuação de cada um, de forma a enquadrá-los em quatro blocos temáticos: Educação, Renda, Saúde e Saneamento e Domicílios (ver metodologia do Idese, abordada em 2.3).

Desse modo, são considerados parte do bloco Educação os projetos que visam incentivar o desenvolvimento cultural e educacional, independentemente da faixa etária, do nível de escolaridade das pessoas atendidas e da área educativa desenvolvida. Esse bloco é composto, por exemplo, por projetos como Criar — Criança e Adolescente Responsável; Educando Cidadãos com Consciência Ambiental; A Educação Musical Como um Portal Para o Exercício da Cidadania; Estudando Para Construir um Futuro Melhor; dentre outros.

No bloco Renda, poder-se-iam incluir os projetos que visam, de forma direta, à geração de trabalho e renda nas comunidades, através de cursos profissionalizantes ou de outros métodos educacionais e formas alternativas de geração de renda. Contudo levam-se em conta, aqui, somente os projetos que buscam a qualificação do público atendido para a sua inserção no mercado de trabalho, no curto prazo, uma vez que a educação em geral também é um instrumento eficaz para tanto, porém mais no longo prazo. Citam-se como exemplos, segundo esse princípio, os projetos Oficinas: Uma Possibilidade de Inclusão; Gerando Renda e Cidadania; Catadores, Construindo um Desenvolvimento Social e Ambiental Sustentável; Capacitação Para Formar Eletricista/Encanador; e assim por diante.

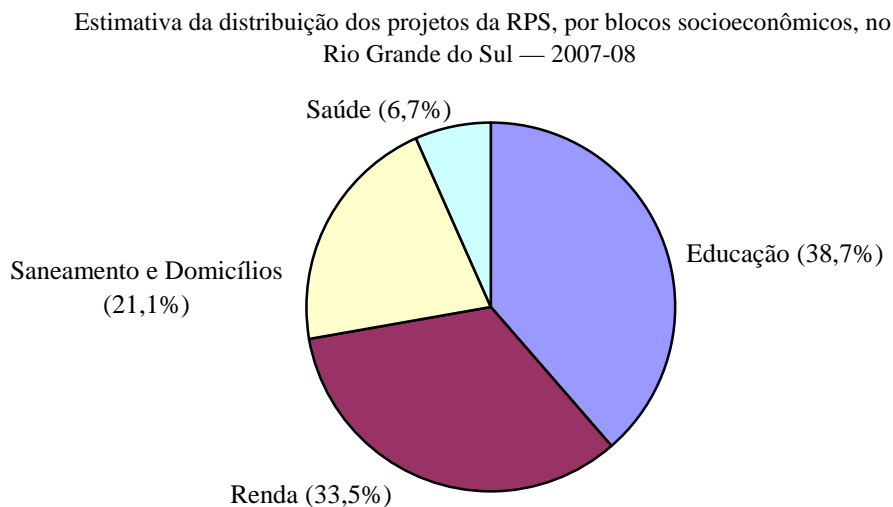
No bloco Saúde, são incluídos aqueles que, de alguma forma, contribuem com recursos para essa área ou que são capazes de reduzir gastos através de medidas preventivas e de difusão da informação. Nessa concepção, podem-se citar: Centro de Apoio à Criança com Câncer;

Combate às Drogas e ao Alcoolismo; Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS do Rio Grande do Sul; Instituto da Criança com Diabetes do Rio Grande do Sul; dentre outros.

No bloco Saneamento e Domicílios, são considerados os projetos que estimulam ou adotam medidas que contribuam diretamente para melhorar as condições de saneamento das comunidades, ou que possam gerar a expansão de domicílios, tanto em números absolutos quanto em quantidade de moradores abrigados. Além desses, acrescentam-se os projetos que influenciam qualitativamente as condições de vida no interior dos domicílios. Seguindo esses critérios, incluem-se projetos como Ampliando Limpeza Para a Cidade; Família: Reestruturando a Convivência Familiar; etc.

Desse modo, foram analisados e classificados, individualmente, os 197 projetos implementados. Tal procedimento foi efetuado com o auxílio de informações qualitativas obtidas diretamente das entidades proponentes, disponibilizadas em meio digital, de forma a aumentar a consistência da classificação. O Gráfico 1 apresenta os resultados estimados para a distribuição dos projetos entre os quatro blocos socioeconômicos definidos.

Gráfico 1



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. Porto Alegre: SJDS, 2008. Disponível em: <<http://www.sjds.rs.gov.br/arquivos/RedeParceriaSocial.xls>>. Acesso em: ago. 2008.

Como se pode observar, há uma maior concentração de projetos no bloco Educação, que captura 38,7% do total, a maioria voltada à inclusão social através de medidas socioeducativas, principalmente entre jovens e adolescentes, além de atividades educativas e recreativas para as crianças. A segunda parcela mais expressiva, de 33,5%, destina-se ao bloco Renda, por meio da

inserção do público atendido no mercado de trabalho. O bloco Saneamento e Domicílios, por sua vez, participa com 21,1% no total do número de projetos e, finalmente, o bloco Saúde detém os 6,7% restantes.

## **2.2 Distribuição espacial dos projetos**

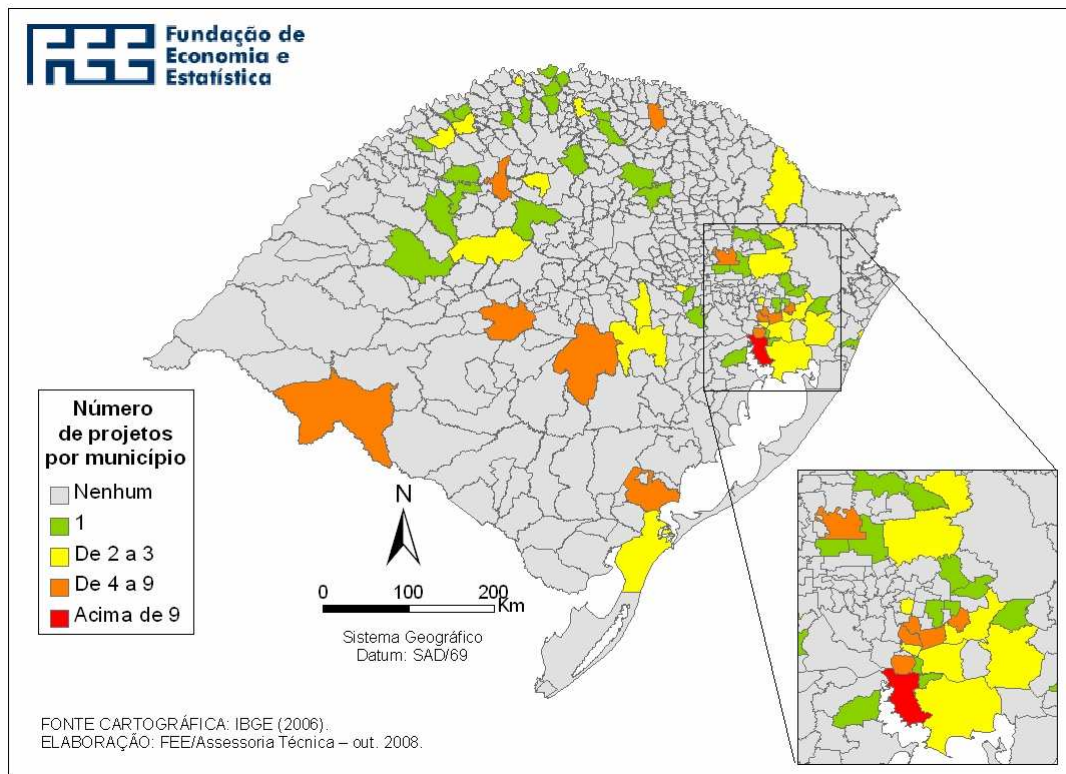
Os projetos da Rede Parceria Social estão distribuídos em 65 municípios gaúchos, o que representa uma cobertura de 13,1% do território estadual.<sup>3</sup> A maior concentração ocorre em Porto Alegre, onde estão localizados 28,4% dos projetos implementados. Em seguida, destacam-se Santa Maria e Novo Hamburgo, ambos com 4,6% de participação no total. Além de Ijuí, Canoas e Erechim, os dois primeiros com 3,6% e o último com 3,0%, registram-se também os Municípios de Santana do Livramento, Pelotas e São Leopoldo, com 2,5% de participação cada um; Parobé, Cachoeira do Sul e Bento Gonçalves, com 2,0% cada um. Dos 53 municípios beneficiados restantes, quatro somam 1,5%, e os demais permanecem na faixa entre 1,0% e 0,5% de participação no total. Apresenta-se, no Mapa 1, uma distribuição dos projetos no território estadual, em quatro intervalos de concentração.

---

<sup>3</sup> A lista dos municípios contemplados com os projetos consta no **Anexo 1**.

Mapa 1

Distribuição dos projetos da Rede Parceria Social no Rio Grande do Sul — 2007-08



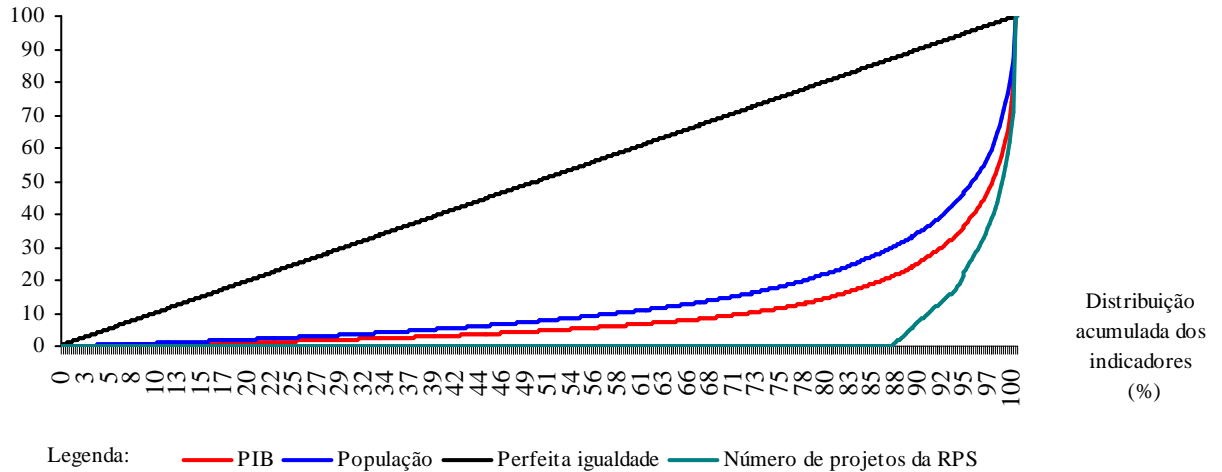
Tomando-se como referência os últimos dados disponíveis para o PIB e a população do Estado, a distribuição dos projetos da Rede configura uma curva de concentração<sup>4</sup> que pode ser visualizada no Gráfico 2.

<sup>4</sup> As curvas de concentração são uma representação gráfica do Índice de Gini, indicador de distribuição que fica situado entre 0 e 1 (quanto mais próximo for de 1, maior será o nível de concentração). Caso uma determinada variável estivesse concentrada em apenas um município, o Índice de Gini seria igual a 1, e o formato da curva de concentração seria um “L” invertido, formando um ângulo reto, onde o acumulado dos municípios é igual a 100%. Por outro lado, a reta de perfeita igualdade é aquela na qual todos os municípios contêm a mesma quantidade de determinada variável, com inclinação de 45 graus, sendo que os níveis de concentração são dados pela área abaixo dessa reta e acima das curvas de concentração (quanto maior for a distância dessa reta, mais desigual será a distribuição).

Gráfico 2

Curvas de concentração do PIB, da população e do número de projetos da RPS  
no Rio Grande do Sul — 2005 e 2007-08

Distribuição acumulada  
dos indicadores (%)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Núcleo de Contas Regionais. Porto Alegre: FEE, 2008. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)>. Acesso em: ago. 2008.  
RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. Porto Alegre: SJDS, 2008. Disponível em: <<http://www.sjds.rs.gov.br/arquivos/RedeParceriaSocial.xls>>. Acesso em: ago. 2008.

NOTA: 1. Os dados do PIB são de 2005.  
2. Os dados da população são de 2007.  
3. O número de projetos da RPS corresponde ao período 2007-08.

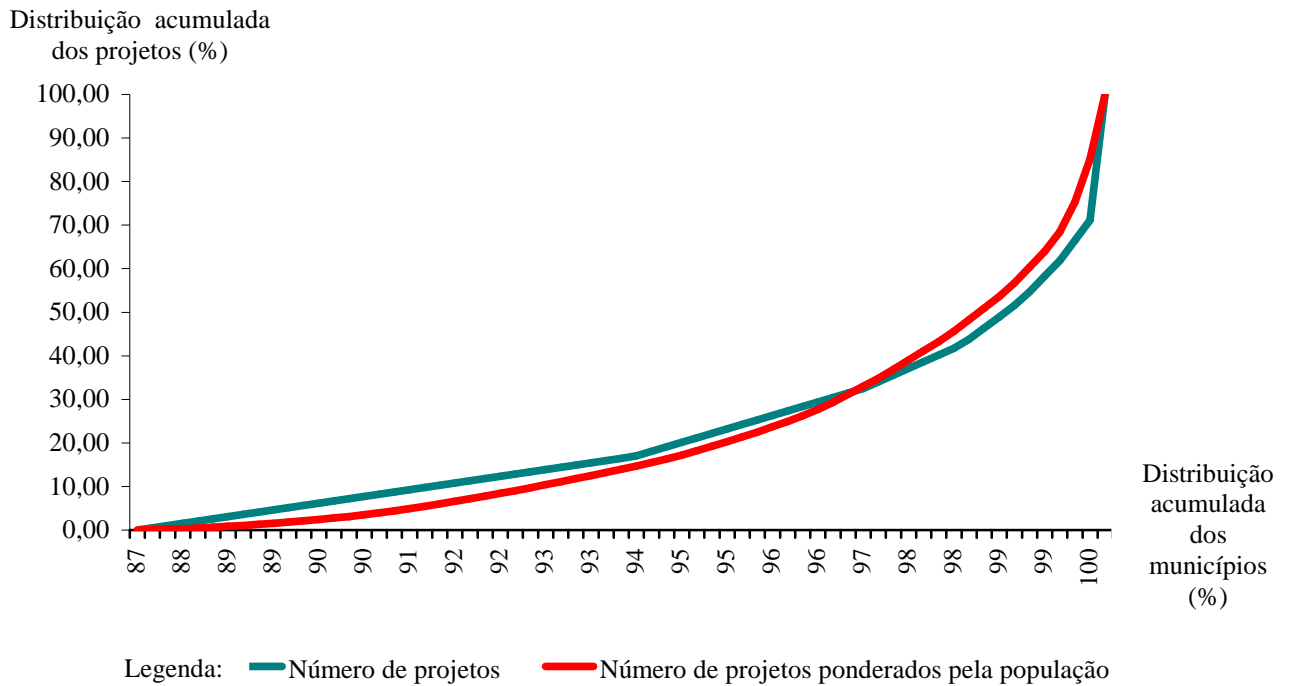
De acordo com os dados estaduais do PIB (ano de 2005) e da população (ano de 2007), observa-se, no Gráfico 2, que a distribuição dos projetos da Rede nos municípios gaúchos se caracteriza, principalmente, por apresentar um perfil espacialmente mais concentrado do que a atividade econômica e do que a população. Nota-se que há uma grande distância entre a curva que representa os projetos em relação à reta de perfeita igualdade; seu formato está indicando que a presença dos projetos da Rede ocorre somente a partir de uma aglomeração de 88% dos municípios gaúchos.

O nível de concentração espacial dos projetos da Rede, entretanto, é atenuado quando ponderado pela população municipal, uma vez que tais projetos tendem a estar localizados em regiões com maior nível populacional, pois nelas, em geral, há uma demanda maior. O Gráfico 3 apresenta as curvas de concentração do número de projetos em termos absolutos e relativamente à população dos municípios gaúchos, fazendo um recorte a partir da aglomeração de 87% dos municípios (para efeitos de visualização da diferença entre as curvas). Observa-se que, quando se pondera o número de projetos pela população, ocorre uma retração de sua curva de concentração,

isto é, há uma melhora da sua distribuição espacial no território estadual. Isso indica que a distribuição dos projetos pode, de fato, estar correlacionada ao nível populacional dos municípios.

Gráfico 3

Curvas de concentração dos números absoluto e ponderado pela população municipal contemplada pela RPS no Rio Grande do Sul — 2005 e 2007-08



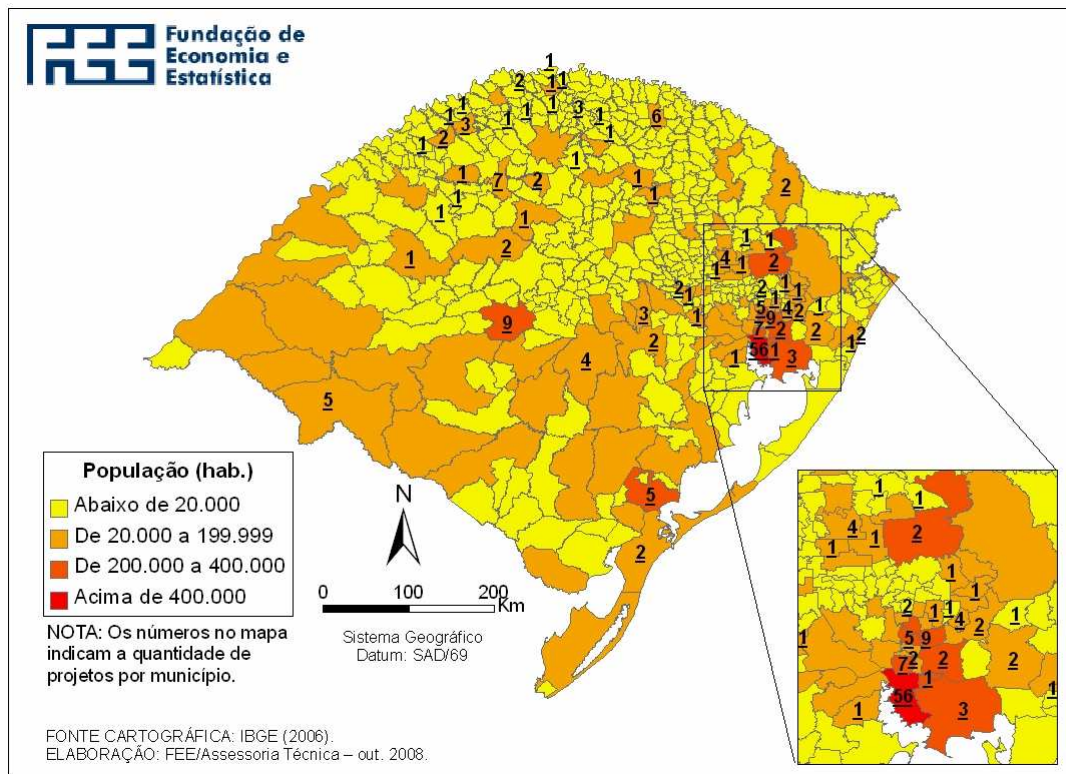
FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. Porto Alegre: SJDS, 2008. Disponível em:  
<<http://www.sjds.rs.gov.br/arquivos/RedeParceriaSocial.xls>>. Acesso em: ago. 2008.

NOTA: 1. Os dados da população são de 2005.  
2. O número de projetos da RPS corresponde ao período 2007-08.

O Mapa 2 apresenta a população municipal do Rio Grande do Sul em quatro intervalos de concentração e o número de projetos da Rede nos municípios. Nota-se que há uma tendência à maior concentração de projetos em municípios com maior número de habitantes.

Mapa 2

População municipal e projetos da RPS no Rio Grande do Sul — 2005 e 2007-08



NOTA: 1. Os dados de população são de 2005.

2. O número de projetos corresponde ao período 2007-08.

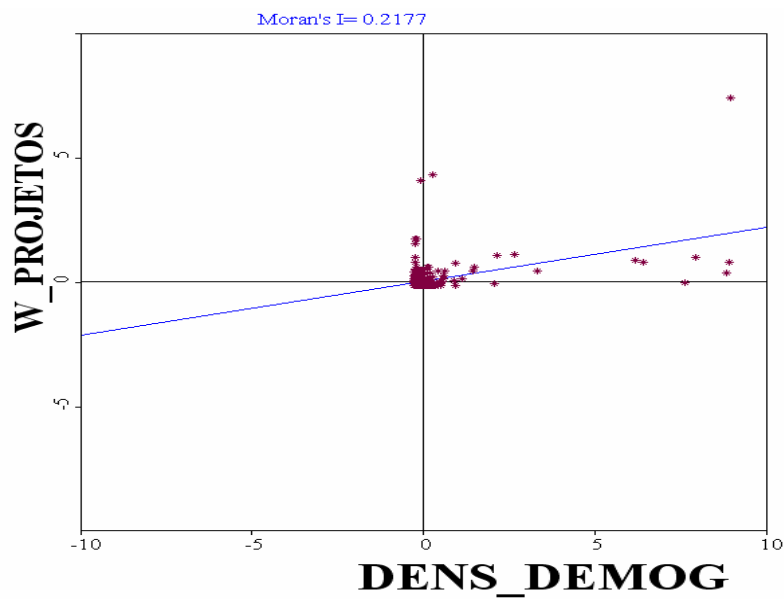
Um indicador usual para estimar a existência de autocorrelação espacial de determinadas variáveis em uma unidade geográfica é o I-Moran. Esse indicador fornece uma medida geral da associação espacial existente no conjunto dos dados, e seu valor varia de -1 a 1. Valores próximos de zero para o I-Moran indicam a inexistência de autocorrelação espacial significativa, ou seja, a variável de interesse não apresenta padrões espaciais de aglomeração bem definidos. Se o I-Moran for positivo, então existirá autocorrelação espacial positiva, isto é, valores altos da variável tendem a estar localizados na vizinhança de valores altos. Se for negativo, então existirá autocorrelação espacial negativa, ou seja, valores altos da variável tendem a estar localizados na vizinhança de valores baixos.

Calculando-se o I-Moran para o número de projetos da Rede Parceria Social em relação à densidade demográfica (número de habitantes/km<sup>2</sup>) dos municípios gaúchos, obtém-se um índice de 0,2177, o que indica a existência de autocorrelação espacial positiva entre as variáveis. Ou seja, valores altos para a variável projetos tendem a estar localizados na vizinhança ou nos municípios com valores altos para a variável densidade demográfica. Em outros termos, os projetos tendem a se concentrar na vizinhança ou nos municípios com maior número de habitantes relativamente às suas áreas territoriais. O resultado para o indicador pode ser

visualizado, e corroborado, na Figura 2, através do diagrama de dispersão de Moran. Nesse diagrama, a autocorrelação espacial positiva entre o número de projetos e a densidade demográfica é demonstrada pela inclinação da reta azul estimada e todos os pontos localizados no quadrante superior à direita são aqueles de valores altos para ambas as variáveis.

Figura 2

Diagrama de dispersão de Moran para o número de projetos da RPS em relação à densidade demográfica dos municípios do Rio Grande do Sul — 2005 e 2007-08



FONTE: FEE.

NOTA: 1. Os dados de densidade demográfica são de 2005.

2. O número de projetos da RPS corresponde ao período 2007-08.

Mesmo com o nível de concentração espacial dos projetos observado no Gráfico 2, que está relacionado, em parte, à densidade demográfica dos municípios gaúchos, o padrão de distribuição da Rede Parceria Social é relativamente melhor do que o observado em ação anterior, a partir da Lei da Solidariedade (Programa Estadual de Apoio à Inclusão e Promoção Social). Schüler (2008), referindo-se a este último programa, observa que, nos três primeiros anos de funcionamento, ele concentrou 72% dos recursos captados em apenas três projetos, todos em Porto Alegre. Segundo o autor, isso decorreu simplesmente do fato de que, em qualquer legislação de incentivo, a captação de recursos tende a premiar a capacidade de articulação empresarial dos proponentes de projetos, independentemente do maior ou do menor mérito e da urgência de uma iniciativa, mensurada por algum indicador ou critério técnico. No caso da Rede Parceria Social, esse efeito é atenuado. Como se verá a seguir, tomando-se um indicador

puramente econômico, o PIB *per capita*, este aponta que, de fato, os recursos da Rede estão localizados substancialmente nas regiões com desempenho econômico inferior à média estadual.

Observa-se, na Tabela 1, que, em 19 Coredes (do total de 24), se desenvolvem projetos da Rede, sendo que, em 14 deles, o PIB *per capita* é inferior ao do Estado como um todo. Mais precisamente, enquanto esses 14 Coredes registraram, em média, um PIB *per capita* de R\$ 9.715,00 em 2005, esse indicador ficou estabelecido em R\$ 13.310,00 no Rio Grande do Sul, representando uma diferença de -27,0%. Nesses Coredes em que o PIB *per capita* tem desempenho abaixo do estadual, encontra-se uma parcela significativa dos recursos alocados pela Rede, totalizando 87 projetos ou 44,2% do total. Dentre eles, salienta-se o Corede Médio Alto Uruguai, que figura com o menor PIB *per capita* em relação ao do Estado (-45,4%). Destacam-se, ainda: Fronteira Oeste (-38,5%), Litoral (-38,4%), Central (-37,3%), Missões (-36,3%) e Sul (-34,2%). A esse grupo de seis Coredes, foram destinados 43 projetos, o que representa 21,8% do total.

Cabe observar-se que os cinco Coredes restantes, beneficiados com projetos de apoio à inclusão e à promoção social, têm renda *per capita* superior à estadual (R\$ 13.310,00); neles, há 110 projetos ou 55,8% da Rede. Registra-se, porém, que, mesmo nesses Coredes, há desigualdades municipais de renda, onde 72 dos 116 municípios que os compõem apresentam PIB *per capita* inferior ao do Estado.

Tabela 1

Distribuição dos projetos da Rede Parceria Social e PIB *per capita*,  
por Coredes beneficiados, no Rio Grande do Sul — 2005

COREDES E ESTADO	NÚMERO DE PROJETOS	CONCENTRAÇÃO DOS PROJETOS (%)	PIB <i>PER CAPITA</i> (R\$)
Serra .....	10	5,1	19 404
Vale do Rio dos Sinos .....	27	13,7	17 409
Metropolitano Delta do Jacuí .....	64	32,5	17 259
Vale do Rio Pardo .....	5	2,5	14 466
Vale do Taquari .....	4	2,0	14 081
Produção .....	4	2,0	12 136
Fronteira Noroeste .....	8	4,1	11 692
Alto Jacuí .....	1	0,5	11 214
Norte .....	6	3,0	11 172
Centro-Sul .....	1	0,5	10 801
Nordeste .....	2	1,0	10 039
Noroeste Colonial .....	13	6,6	9 994
Paranhana-Encosta da Serra .....	9	4,6	9 721
Sul .....	7	3,6	8 755
Missões .....	3	1,5	8 482
Central .....	16	8,1	8 349
Litoral .....	4	2,0	8 204
Fronteira Oeste .....	5	2,5	8 183
Médio Alto Uruguai .....	8	4,1	7 265
<b>Rio Grande do Sul .....</b>	<b>197</b>	<b>100,0</b>	<b>13 310</b>

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Núcleo de Contas Regionais. Porto Alegre:

FEE, 2008. Disponível em:

<[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)>. Acesso em: ago. 2008

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. Porto Alegre:

SJDS, 2008. Disponível em: <<http://www.sjds.rs.gov.br/arquivos/RedeParceriaSocial.xls>>.

Acesso em: ago. 2008.

### 2.3 Distribuição espacial *versus* desenvolvimento socioeconômico dos Coredes

Para comparar a distribuição dos projetos com o nível de desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas, faz-se, a seguir, uso do Idese, por ser um indicador mais abrangente e contemplar variáveis sociais na sua base de cálculo, além das econômicas.

Primeiramente, faz-se uma breve explicitação metodológica. O Idese é um índice sintético, elaborado pela FEE, composto por 12 indicadores, divididos em quatro blocos: Educação, Renda, Saúde e Saneamento e Domicílios. Esses indicadores são transformados em índices e, posteriormente, agregados segundo os blocos aos quais pertencem, gerando, desse modo, quatro novos índices (um para cada bloco). O Idese é o resultado da agregação dos índices desses blocos.

Os indicadores que compõem o Idese são transformados em índices, como se demonstra a seguir:

$$I_{x,j,t} = \frac{Y_{x,j,t} - LI_x}{LS_x - LI_x} \quad (1)$$

Onde:  $I_{x,j,t}$  é o índice do indicador  $x$  da unidade geográfica  $j$  no tempo  $t$ ;  $Y_{x,j,t}$  é o indicador  $x$  da unidade geográfica  $j$  no tempo  $t$ ;  $LI_x$  é o limite inferior do indicador  $x$ ; e  $LS_x$  é o limite superior do indicador  $x$ .

A adoção de limites no cálculo dos índices implica que o Corede, ou mesmo o Estado, com um indicador abaixo do limite inferior estabelecido, terá um índice zero para esse indicador, ou seja, será classificado, quanto a esse indicador, como tendo desenvolvimento nulo. De outra parte, unidades geográficas que possuam um indicador maior que o limite superior estabelecido obterão um índice 1 para esse indicador e serão classificadas como totalmente desenvolvidas em relação a este.

A classificação quanto ao nível de desenvolvimento torna-se possível porque a escolha desses limites é feita com base em parâmetros internacionais — tal como adotado pela ONU em seu Índice de Desenvolvimento Humano IDH —, permitindo, assim, que as unidades geográficas às quais os índices se referem sejam classificadas quanto ao seu nível de desenvolvimento em relação a qualquer localidade. Portanto, assim como no IDH, as unidades geográficas podem ser classificadas pelos índices em três grupos: baixo desenvolvimento (índices menores ou iguais a 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores ou iguais a 0,800). Além disso, esses limites, após definidos, são mantidos fixos ao longo do tempo, permitindo-se análises temporais.

Uma vez obtidos os índices dos 12 indicadores de uma determinada unidade geográfica, os índices dos blocos do Idese dessa localidade serão gerados pela média aritmética ponderada dos índices dos indicadores que compõem cada bloco, utilizando-se os pesos mostrados no Quadro 1. E, finalmente, o Idese dessa região será obtido por média aritmética (com pesos iguais de 0,25 para cada bloco) dos índices dos quatro blocos.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O cálculo do Idese foi efetuado em dois níveis de análise: estadual e para os Coredes, sendo que todos estão disponíveis na base de dados da FEE aberta ao público.

Quadro 1

Blocos do Idese, índices componentes de cada bloco, pesos dos índices nos blocos e no Idese, limites dos índices e fontes dos dados brutos

BLOCOS	ÍNDICES	PESO NO BLOCO	PESO NO IDESE	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	FONTES DOS DADOS BRUTOS
Educação	Taxa de abandono no ensino fundamental	0,25	0,0625	0%	100%	Edudata do INEP, Ministério da Educação
	Taxa de reprovação no ensino fundamental	0,2	0,05	0%	100%	Edudata do INEP, Ministério da Educação
	Taxa de atendimento no ensino médio	0,2	0,05	0%	100%	<b>Censo Demográfico 2000</b> do IBGE; Edudata do INEP, Ministério da Educação; FEE
	Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade	0,35	0,0875	0%	100%	<b>Censo Demográfico 2000</b> e PNAD do IBGE
Renda	Geração de renda — PIBpc	0,5	0,125	100 (\$ ppp)	40.000 (\$ ppp)	FEE
	Apropriação de renda — VABpc do comércio, alojamento e alimentação	0,5	0,125	11,22 (\$ ppp)	4.486,64 (\$ ppp)	FEE
Saneamento e Domicílio	Percentual de domicílios abastecidos com água: rede geral	0,5	0,125	0%	100%	<b>Censo Demográfico 2000</b> do IBGE
	Percentual de domicílios atendidos com esgoto sanitário: rede geral de esgoto ou pluvial	0,4	0,1	0%	100%	<b>Censo Demográfico 2000</b> do IBGE
	Média de moradores por domicílio	0,1	0,025	6 moradores	Um morador	<b>Censo Demográfico 2000</b> e PNAD do IBGE; FEE
Saúde	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer	0,33	0,0833	30%	4%	DATASUS do Ministério da Saúde
	Taxa de mortalidade de menores de cinco anos	0,33	0,0833	316 por mil	Quatro por mil	DATASUS do Ministério da Saúde
	Esperança de vida ao nascer	0,33	0,0833	25 anos	85 anos	IDHM 2000 do PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro

Construído a partir da metodologia acima definida, o Idese de 2005 pode ser visualizado na Tabela 2, para os Coredes e para a totalidade do Rio Grande do Sul.

Tabela 2

Distribuição dos projetos da Rede Parceria Social e Idese para os Coredes e para o total do Rio Grande do Sul — 2005 e 2007-08

COREDES E ESTADOS	NÚMERO DE PROJETOS (1)	CONCENTRAÇÃO DOS PROJETOS (%)	IDESE (2)
Serra .....	10	5,1	0,807
Metropolitano Delta do Jacuí .....	64	32,5	0,803
Vale do Rio dos Sinos .....	27	13,7	0,775
Alto Jacuí .....	1	0,5	0,755
Produção .....	4	2,0	0,753
Fronteira Noroeste .....	8	4,1	0,752
Hortênsias - Campos de Cima da Serra .....	0	0,0	0,752
Campanha .....	0	0,0	0,752
Central .....	16	8,1	0,749
Fronteira Oeste .....	5	2,5	0,740
Missões .....	3	1,5	0,735
Sul .....	7	3,6	0,732
Vale do Caí .....	0	0,0	0,732
Vale do Taquari .....	4	2,0	0,731
Norte .....	6	3,0	0,731
Noroeste Colonial .....	13	6,6	0,728
Nordeste .....	2	1,0	0,723
Jacuí-Centro .....	0	0,0	0,722
Centro-Sul .....	1	0,5	0,721
Litoral .....	4	2,0	0,710
Vale do Rio Pardo .....	5	2,5	0,707
Paranhana-Encosta da Serra .....	9	4,6	0,698
Alto da Serra do Botucaraí .....	0	0,0	0,674
Médio Alto Uruguai .....	8	4,1	0,654
<b>Rio Grande do Sul</b> .....	<b>197</b>	<b>100,0</b>	<b>0,761</b>

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. Porto Alegre: SJDS, 2008. Disponível em: <<http://www.sjds.rs.gov.br/arquivos/RedeParceriaSocial.xls>>. Acesso em: ago. 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Centro de Informações Estatísticas. Porto Alegre: FEE, 2008. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)>. Acesso em ago. 2008.

NOTA: Corresponde à totalidade dos Coredes em 2005.

(1) Corresponde ao período 2007-08. (2) Dados de 2005.

Através do Idese, podem-se confirmar as observações feitas no item anterior sobre a presença da Rede Parceria Social em áreas de menor grau de desenvolvimento. Efetivamente, observa-se, na Tabela 2, que, dos 19 Coredes atendidos pela Rede, 16 apresentaram Idese em níveis inferiores ao estadual (segundo dados de 2005). Levando-se em conta os intervalos de classificação do Idese apontados acima, nota-se que todos esses Coredes se enquadram na faixa de médio desenvolvimento, a qual se situa entre 0,500 e 0,799 para o indicador. Nesses Coredes, estão concentrados 96 projetos, isto é, 48,7% do total. Entre eles, apresenta-se, novamente, com o menor índice, o Médio Alto Uruguai (0,654), que concentra 4,1% dos projetos da Rede. Salientam-se, além desse, os seguintes Coredes beneficiados e com Idese abaixo do estadual (por ordem crescente do Idese): Paranhana-Encosta da Serra (0,698), Vale do Rio Pardo (0,707),

Litoral (0,710), Centro-Sul (0,721), Nordeste (0,723), Noroeste Colonial (0,728), Norte (0,731) e Vale do Taquari (0,731). A esse grupo de Coredes, são destinados 44 projetos, representando 22,3% do total que está sendo efetuado.

Os três Coredes beneficiados pela Rede que apresentam Idese superior ao do Estado são: Serra, Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos. Juntos eles recebem 51,3% do total dos projetos (ou 101 projetos). Os dois primeiros podem ser enquadrados na faixa de alto desenvolvimento (acima de 0,800), e o último classifica-se como sendo de médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799). Porém chama-se atenção novamente para a desigualdade dos indicadores entre os municípios. Nesse caso, entre os 57 municípios que compõem esses Coredes, há 44 que registram índices inferiores ao estadual, e apenas 13 apresentam maior nível de desenvolvimento socioeconômico em relação ao Estado como um todo.

Registra-se, ainda, que cinco Coredes com Idese inferior ao do Estado não estão sendo contemplados no programa Rede Parceria Social. São eles, por ordem crescente: Alto da Serra do Botucaraí, Jacuí-Centro, Vale do Caí, Campanha e Hortênsias-Campos de Cima da Serra.

A seguir, na Tabela 3, decompõem-se em blocos o Idese dos 16 Coredes com índices inferiores ao do Estado, por ordem decrescente do indicador. Assim, podem-se observar, regionalmente, os setores com maior carência de recursos que, provavelmente, são aqueles que afetaram o Idese regional, de modo a estabelecê-lo abaixo do estadual. Nesta análise, indicam-se os setores com maior carência.

Tabela 3

Índices dos blocos do Idese dos Coredes selecionados e do total do Rio Grande do Sul — 2005

COREDES E ESTADO	EDUCAÇÃO	RENDA	SANEAMENTO E DOMICÍLIOS	SAÚDE
Alto Jacuí .....	0,865	0,785	0,518	0,852
Produção .....	0,861	0,787	0,527	0,838
Fronteira Noroeste .....	0,888	0,744	0,483	0,892
Central .....	0,853	0,706	0,581	0,857
Fronteira Oeste .....	0,855	0,679	0,587	0,840
Missões .....	0,853	0,699	0,519	0,868
Sul .....	0,841	0,687	0,577	0,823
Vale do Taquari .....	0,857	0,764	0,433	0,869
Norte .....	0,857	0,731	0,482	0,853
Noroeste Colonial .....	0,870	0,743	0,434	0,865
Nordeste .....	0,842	0,730	0,467	0,855
Centro-Sul .....	0,826	0,687	0,528	0,841
Litoral .....	0,838	0,692	0,438	0,873
Vale do Rio Pardo .....	0,829	0,743	0,399	0,856
Paranhana-Encosta da Serra .....	0,852	0,663	0,415	0,864
Médio Alto Uruguai .....	0,819	0,644	0,308	0,846
<b>Rio Grande do Sul</b> .....	<b>0,853</b>	<b>0,774</b>	<b>0,568</b>	<b>0,851</b>

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Centro de Informações Estatísticas. Porto Alegre: FEE, 2008. Disponível em:

<[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)>. Acesso em: ago. 2008.

Observa-se, na Tabela 3, num primeiro momento, que os blocos do Idese com menores índices em 2005 foram Renda e, principalmente, Saneamento e Domicílios para todos os Coredes em estudo. Viu-se, anteriormente (Gráfico 1), que 33,5% do total dos projetos da Rede Parceria Social se destinam a melhorar a Renda e que 21,1% se concentram no bloco Saneamento e Domicílios. Os blocos Educação e Saúde registram os índices mais elevados, superiores a 0,800, em todos os Coredes analisados, o que os enquadra na faixa de alto desenvolvimento pelos critérios do Idese. Da Carteira de Projetos Sociais foram destinados, para a área da Educação, 38,7% e, para Saúde, 6,7%.

Entre os Coredes, o Médio Alto Uruguai aparece como o mais carente, com índices que se situam na pior posição relativa em Renda (0,644), Educação (0,819), Saneamento e Domicílios (0,308) e, na quinta posição, como o mais destituído em recursos na área da Saúde.

No bloco Renda, encontram-se, ainda, entre aqueles com os índices mais baixos, os Coredes Paranhana-Encosta da Serra (0,663), Fronteira Oeste (0,679), Centro-Sul (0,687) e Sul (0,687). Nota-se que, no que tange ao bloco Renda, todos os Coredes apresentam índices inferiores ao estadual (0,774), exceto o Produção (0,787) e o Alto Jacuí (0,785). Todos se enquadram na classe de médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799).

No que se relaciona ao bloco Saneamento e Domicílios, posicionam-se como mais deficientes os Coredes Vale do Rio Pardo (0,399), Paranhana-Encosta da Serra (0,415), Vale do Taquari (0,433), Noroeste Colonial (0,434), Litoral (0,438), Nordeste (0,467), Norte (0,482) e Fronteira Noroeste (0,483). Esses Coredes se encontram em situação mais agravante do que os demais, pois se classificam na faixa de baixo desenvolvimento (ou seja, abaixo ou igual a 0,499). Os sete demais Coredes, seguindo a tendência estadual, enquadram-se na classe de médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799), embora alguns tenham indicadores inferiores ao do Rio Grande do Sul (0,568), com exceção dos Coredes Sul (0,577), Central (0,581) e Fronteira Oeste (0,587).

Quanto ao bloco Saúde, os únicos Coredes beneficiados pela Rede com índices menores do que o estadual (0,851) foram: Sul (0,823), Produção (0,838), Fronteira Oeste (0,840), Centro-Sul (0,841) e Médio Alto Uruguai (0,846). No entanto, salienta-se que todos os Coredes foram classificados na categoria de alto desenvolvimento (maiores ou iguais a 0,800), o que aponta, em princípio, menor necessidade de recursos nesse aspecto.<sup>6</sup>

Dos Coredes beneficiados pela Rede Parceria Social, pode-se dizer, resumidamente, que, do ponto de vista dos blocos que compõem o Idese, se encontra na pior situação, como já foi dito, o Médio Alto Uruguai, onde se desenvolvem oito projetos da Rede (ou 4,1%, assinalado anteriormente). Em segunda posição de maior carência, seguem-se seis Coredes, entre os contemplados pela Rede, que aparecem em três blocos com índices inferiores aos do Estado e cuja participação conjunta na Rede é de 14,2%. São eles: Centro-Sul (beneficiado com um projeto), Litoral (beneficiado com quatro projetos), Nordeste (beneficiado com dois projetos), Paranhana-Encosta da Serra (beneficiado com nove projetos), Vale do Rio Pardo (beneficiado com cinco projetos) e Sul (beneficiado com sete projetos). Na terceira posição de carência, tendo-se como parâmetro a média estadual, há sete Coredes beneficiados, deficientes em dois blocos que abrigam 43 projetos da Rede, os quais representam 21,8% do total (nesse grupo, chamam atenção os Coredes Noroeste Colonial, com 13 projetos, Fronteira Noroeste, com oito, e Norte, com seis). E, finalmente, dos 16 Coredes assistidos pela Rede e que têm Idese abaixo do estadual, dois, o Central e o Alto Jacuí, aparecem como os menos carentes, com apenas um bloco abaixo da média do Estado. O primeiro beneficia-se com 16 projetos da Rede, e o segundo, com apenas um, perfazendo, juntos, 8,6% do total.

---

<sup>6</sup> Convém lembrar-se que o bloco Saúde do Idese tem como base as variáveis percentual de crianças com baixo peso ao nascer, taxa de mortalidade de menores de cinco anos e esperança de vida ao nascer (demonstrado no Quadro 1). No **Apêndice**, encontra-se uma análise complementar, com alguns elementos de infra-estrutura que contemplam variáveis como número de hospitais e número de leitos relativamente à população.